

# Paulo Bernardo defende corte de gastos

NANI SANTANA

SÃO PAULO

O Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, defendeu que o governo crie uma equação para fazer com que os gastos correntes tenham ao longo dos próximos anos um crescimento menor do que a variação do Produto Interno Bruto (PIB) e, com isso, haja uma trajetória de redução gradual da carga tributária abrindo espaço para mais investimentos públicos.

O ministro ressaltou que seria necessário debater o que seriam os gastos com pessoal e estabelecer um parâmetro entre os três poderes (Executivo, Le-

gislativo e Judiciário). "O que nós percebemos hoje é que temos muita dificuldade porque existe uma disputa entre os poderes, pois quando um dá o reajuste, os servidores de outros poderes começam a pressionar para que aquele reajuste seja estendido e assim por diante", disse, ressaltando que seria perfeitamente possível fazer um equacionamento onde os gastos

com pessoal crescessem de maneira ordenada e previsível nos próximos dez anos nos três poderes de maneira igual.



Outro ponto elencado por Bernardo para que os gastos correntes cresçam menos que o PIB é a definição de normas para a Previdência Social, o que, segundo ele, já vem sendo feito. Do final do ano passado para cá, foram adotadas medidas que permitiram conter e começar a declinar a despesa com o auxílio-doença, o que ajudou a reduzir a projeção

de déficit para a Previdência Social de R\$ 45 bilhões no início de 2006 para menos de R\$ 42 bilhões agora.

O ministro do Planejamento também defendeu a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 29 que determina uma proporção de gastos com saúde. "Eu considero possível e necessário que nós façamos a regulamentação dos gastos com saúde ainda neste ano. É importante, já tem uma discussão grande dentro do Congresso, com vários projetos diferentes. Os integrantes do governo pretendem encabeçar essa discussão e procurar aprovar até dezembro ainda a regulamentação e fazer um tratamento para delimitar o que é gasto e quanto vai ser o gasto com saúde", disse.